



NEOLIBERALISMO E PRECARIZAÇÃO DOCENTE: VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS EM UM MUNDO DO TRABALHO EM TRANSFORMAÇÃO

Neoliberalism and the precarization of teaching: violence and resistance in a changing world of work

DE PAULA, Júlio César¹

SILVA, José Fernandes da²

RESUMO

O artigo tem como objetivo investigar o processo de precarização do trabalho docente no Brasil, com foco no aprofundamento das políticas neoliberais na última década. A pesquisa é qualitativa e baseia-se na análise de 15 (quinze) trabalhos selecionados em repositórios digitais. As análises foram conduzidas a partir das categorias: políticas públicas, saúde docente, sindicalismo e resistências, trabalhadores temporários, e plataformização e uberização. Os resultados indicam um agravamento da precarização do trabalho docente, evidenciado pelas reformas curriculares, adoecimento profissional, desarticulação sindical e vínculos trabalhistas precários. Conclui-se que a compreensão desse fenômeno exige uma abordagem que considere suas múltiplas determinações históricas, destacando a necessidade de investigações adicionais sobre as repercussões na qualidade do ensino.

Palavras-chave: Docência. Precarização. Mundos do Trabalho.

ABSTRACT

The article aims to investigate the process of precarization of teaching work in Brazil, focusing on the deepening of neoliberal policies in the last decade. The research is qualitative and based on the analysis of 15 (fifteen) works selected in digital repositories. The analyses were conducted from the categories: public policies, teacher health, trade unionism and resistance, temporary workers, and platformization and uberization. The results indicate an aggravation of the precarization of teaching work, evidenced by curricular reforms, occupational illness, union disarticulation and precarious labor ties. It is concluded that the understanding of this phenomenon requires an approach that considers its multiple historical determinations, highlighting the need for additional research on the repercussions on the quality of education.

Keywords: Teaching. Precarization. Worlds of Work.

¹ Graduado em História pela Universidade Presidente Antônio Carlos (2006). É professor e possui pós-graduação lato sensu em docência pelo IFMG. Atualmente é mestrando pelo programa ProfEPT do IFMG e possui bolsa mestrado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Profissional e Tecnológica do IFMG (GEPET) e do projeto “Implementação do Novo Ensino Médio: análise do currículo em ação em escolas da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Email: julio.cp@educacao.mg.gov.br

² Pós-Doutor em Educação Matemática pela PUC/SP com investigações voltadas à formação de professores. Doutor em Educação Matemática pela UNIAN/SP, na Linha de Pesquisa Formação de professores que ensinam Matemática - Realizou estágio doutoral na Facultad de Formación del Profesorado del Departamento de Didáctica de las Ciencias Experimentales y la Matemática da Universidad de Barcelona - UB - Espanha (2014/2015) - sendo bolsista CAPES/PDSE. Foi bolsista no Programa de Formação Doutoral Docente - Prodoutoral/ Capes. Possui graduação em Matemática pela - UNIMONTES (2002). Graduação em Pedagogia pela - UNICSUL (2017). Especialização em Ensino Superior pela - UCAM (2003). Mestrado em Educação pela - UNINCOR, (2011). Atualmente é Professor efetivo no Instituto Federal de Minas Gerais - Campus São João Evangelista. Email: jose.fernandes@ifmg.edu.br

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo investigar el proceso de precarización del trabajo docente en Brasil, con un enfoque en la profundización de las políticas neoliberales en la última década. La investigación es cualitativa y se basa en el análisis de 15 (quince) trabajos seleccionados en repositorios digitales. Los análisis se realizaron a partir de las categorías: políticas públicas, salud docente, sindicalismo y resistencias, trabajadores temporales, y plataformas y uberización. Los resultados indican un agravamiento de la precarización del trabajo docente, evidenciado por las reformas curriculares, enfermería profesional, desarticulación sindical y vínculos laborales precarios. Se concluye que la comprensión de este fenómeno requiere un enfoque que considere sus múltiples determinaciones históricas, destacando la necesidad de investigaciones adicionales sobre las repercusiones en la calidad de la enseñanza.

Palabras Clave: Docencia. Precarización. Mundos del Trabajo.

INTRODUÇÃO

O estudo dos impactos do capitalismo na Educação não consiste necessariamente em uma novidade, afinal o próprio Adam Smith alertava, na segunda metade do século XVIII sobre os possíveis malefícios do "Espírito Comercial" que, ao desprezar a educação, limitaria as visões do homem e o condenaria às tarefas repetitivas e ao seu rebaixamento moral e espiritual (Mészáros, 2008). Contudo, as intensas mudanças dos sistemas produtivos ao longo dos séculos e, sobretudo, a velocidade das transformações do capitalismo das últimas décadas demandam um esforço intelectual para compreender o aprofundamento das influências neoliberais na educação enquanto política pública, no ensino e ainda mais na vida e na carreira docente.

A precarização da vida e da carreira docente, conforme argumenta Kuenzer (2022), não é um fenômeno isolado, ocorre em um quadro que a precarização do trabalho em geral e, mais especificamente, na esteira da transição de um modelo rígido de acumulação para um regime de acumulação flexível de capitais³. Assim, para uma compreensão do fenômeno da precarização docente, torna-se necessário apreendê-lo em suas múltiplas determinações históricas e no bojo das transformações da sociedade capitalista das últimas décadas. Essa avaliação e o próprio surgimento da categoria “precarização” vão ao encontro das reflexões de Mészáros (2002) quando defende que a partir da década de 1970 o capitalismo global passa por um processo de deterioração do modo de produção baseado no binômio *Keynesianismo/Fordismo* e ingressa em uma fase de crise estrutural permanente. As políticas econômicas que deveriam aplacar essa crise e que fazem parte do corolário neoliberal nunca foram suficientes, conforme o autor, e, por isso, frequentemente, precisam passar por rearranjos e são novamente impostas às economias periféricas.

Nesse sentido, muito embora não sejam fenômenos recentes, sobretudo em países de economia periférica como o Brasil, as relações entre o neoliberalismo e precarização estão inseridas em um contexto dinâmico das transformações do capitalismo e, portanto, qualquer tentativa de refletir sobre esses fenômenos devem considerar a mutabilidade de um cenário neoliberal dos mais regressivos que se estabelece no país. Assim, conforme discute Kuenzer (2022, p. 78),

³ David Harvey define o conceito de regime de acumulação flexível como uma resposta à crise do fordismo e às profundas transformações decorrentes da crise estrutural do capitalismo a partir dos anos de 1970. Esse novo regime é marcado pela flexibilidade nas relações de trabalho, nos processos produtivos e nas formas de consumo, bem como pela volatilidade dos mercados e pela intensificação do uso de tecnologias. Ele se caracteriza pela fragmentação da produção, pela crescente mobilidade do capital e pelo aumento da exploração da força de trabalho, com uma ênfase maior na precariedade, terceirização e formas flexíveis de contratação. O conceito surge como um contraponto ao modelo anterior de acumulação keynesianista-fordista, que era caracterizado pela produção em massa, trabalho estável e um forte papel do Estado na regulação econômica. (Harvey, 2009)

se o capitalismo se alimenta da exploração do trabalho, a precarização é uma de suas dimensões constituintes, cujo objetivo é a acumulação do capital; como o capitalismo, a precarização vai se construindo como categoria à medida que as relações de produção se transformam. Assim, precisa ser compreendida em seu processo de constituição ao longo da história.

Ou seja, comprehende-se que, não obstante, existam importantes contribuições desde a década de 1980 na análise dos impactos do capitalismo, da teoria do capital humano e daquilo que assumiria o termo de neoliberalismo no Brasil, com Saviani (*Escola e Democracia*, 1983) e Frigotto (*A produtividade da Escola Improdutiva*, 1984), por exemplo. São as transformações no caráter da produção que vão amadurecendo as categorias com as quais pretendemos dialogar. Não por acaso, conforme veremos, é a partir do ano de 2017, ano derradeiro para a implantação das Contrarreformas do Ensino Médio e trabalhista e que representou um marco no reordenamento jurídico que resulta, diuturnamente, em um aprofundamento tanto no processo de precarização do trabalho como das políticas neoliberais no país, que se avolumam as obras que serão exploradas nessa revisão de literatura. Nesse contexto, embora ocorra desde as décadas de 1970 e 1980 um *continuum* no processo de precarização do trabalho de professores e professoras, com a entrada do país na era da educação de massas marcada pelo achatamento salarial e pela rápida queda no seu padrão de vida e de trabalho (Júnior; Bittar, 2006). Na atualidade, a precarização e a pauperização do trabalho docente se tornaram questões prementes, particularmente no contexto das reformas neoliberais, do surgimento das plataformas digitais e novas formas de controle e fragmentação do trabalho. Transformações que levaram a um declínio na segurança no emprego, ao aumento da carga de trabalho e à diminuição sistemática do status social de educadores em diferentes níveis educacionais (Cavazzani *et al.*, 2024).

Nesse cenário, o objetivo do presente artigo, que representa parte integrante da pesquisa de mestrado **Docência, Precarização e Sobretrabalho: As contradições legais e a deterioração das condições de trabalho dos professores e professoras que atuam nos Itinerários Formativos ligados à Educação Profissional e Tecnológica**, é desfiar um levantamento bibliográfico que apresente um quadro atual das pesquisas que discutem o processo de precarização da vida e da carreira docente, bem como os efeitos das políticas neoliberais sobre esses profissionais, o ensino e a educação. Para uma melhor compreensão, incluímos nas duas primeiras seções uma contextualização teórica, seguidas das orientações metodológicas, revisão bibliográfica e considerações finais. Na última seção, esperamos apontar algumas lacunas e a importância do aprofundamento das análises sobre a categoria da precarização docente.

DA ONTOLOGIA DO TRABALHO À PRECARIZAÇÃO

Antes de mais nada, é necessário situar nossa compreensão sobre a categoria trabalho. Se trabalho não é sinônimo de emprego, tampouco devemos nos perder na semântica da palavra e interpretar o trabalho, em essência, como o sofrimento necessário para reproduzir nossa existência, como sugere o senso comum construído a partir da hegemonia ideológica neoliberal das últimas décadas. Conforme aponta Lukács (2018), ao analisar a obra de Marx, o trabalho, como categoria fundamental na constituição do ser humano enquanto ser social, é compreendido ontologicamente como a base da existência humana. Ele transcende a simples ação produtiva, sendo uma atividade transformadora que estabelece relações entre os seres humanos e o mundo ao seu redor. Assim,

No trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo no ser social. O trabalho pode ser considerado, portanto, como o fenômeno originário, como modelo do ser social; o esclarecer dessas

determinações já fornece um quadro tão claro sobre seus traços essenciais, que parece metodologicamente vantajoso começar por sua análise (Lukács, 2018, p. 10).

Em outras palavras, o trabalho é a base ontológica da existência humana, representando o fator que permitiu a mudança dos humanos de simples seres naturais para sujeitos sociais. Por meio do trabalho, o indivíduo modifica a natureza, ao mesmo tempo que modifica a si próprio e suas interações sociais (Marx, 2013). O trabalho, como atividade primordial, forma a vida material e simbólica, influenciando a cultura e estabelecendo novas interações sociais. Portanto, iniciar nossa análise situando essa compreensão de mundo parece o mais adequado.

Esse mesmo trabalho, no entanto, assume, historicamente, com a complexificação da sociedade, e o avanço das forças produtivas do capitalismo, um caráter alienante, enquanto o produto final desse trabalho se transforma em mercadoria, substituindo o valor de uso essencial pelo valor de troca (Marx, 2008). A transição para o capitalismo, neste sentido, introduziu uma nova relação com o trabalho, pautada pela propriedade privada dos meios de produção e pela busca incessante de acumulação de capital. Sob essa lógica, não só o produto do trabalho, mas o próprio trabalho se converte em mercadoria, negociada, comprada e vendida. Compreender essa ruptura entre o trabalhador e o produto do seu trabalho é fundamental para a análise das dinâmicas sociais do mundo do trabalho atualmente.

Com a deterioração da economia baseada no keinesianismo/fordismo e do chamado “Estado de bem-estar social” do período pós-guerra, a partir dos anos de 1970, o capitalismo global passa a conviver, além das suas crises cíclicas, com o que Mészáros (2002) chamou de crise estrutural. A palavra de ordem nessa restruturação do capitalismo passa a ser a flexibilização. Para o trabalhador, contudo, a palavra mais adequada é a “precarização”. Conforme aponta Ricardo Antunes,

O capitalismo no plano mundial, nas últimas quatro décadas, transformou-se sob a égide da acumulação flexível, trazendo uma ruptura com o padrão fordista e gerando um modo de trabalho e de vida pautado na flexibilização e na precarização do trabalho. São mudanças impostas pelo processo de financeirização e mundialização da economia num grau nunca alcançado, pois o capital financeiro passou a dirigir os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as suas práticas e os modos de gestão do trabalho (Antunes, 2018 p.173).

Desse modo, para manter a sua lucratividade e o processo de extração de mais-valia, já que “o capitalismo se alimenta da exploração do trabalho e a precarização é uma de suas dimensões constituintes” (Kuenzer, 2022 p. 78), o modelo capitalista transformou os processos rígidos de produção próprios do fordismo e da produção em massa para um modelo mais flexível, que permite, por exemplo, que apenas uma fração da produção seja feita na fábrica de origem. Assim, terceirização/subcontratação e, recentemente, a plataformaização e a uberização passam a ser estratégias centrais do *modus operandi* patronal (Antunes, 2018). Sob essa lógica, no Brasil do século XXI,

a flexibilização passa também a ser categoria central **no princípio educativo desse novo regime de acumulação**, em oposição à rigidez dos processos pedagógicos típicos do taylorismo/fordismo, em que havia identidade entre qualificação e ocupação, estabilidade no emprego e pouca dinamicidade no desenvolvimento tecnológico, de modo que as mudanças nos processos de trabalho eram mais lentas (Kuenzer, 2022 p. 78-79. Grifo nosso).

Ou seja, juntamente com as relações de produção, transformam-se também as formas de reprodução da hegemonia no plano superestrutural do capitalismo, com destaque para a educação. Assim, os educadores e educandos (jovens trabalhadores, dada a realidade

brasileira) estão no centro desse processo. Desta feita, a precarização e, especialmente, a precarização docente vem, cada vez mais, se construindo como categoria de análise, enquanto se transformam os meios de acumulação capitalista (Kuenzer, 2022).

Portanto, ainda que análise histórica e ontológica do trabalho revele sua centralidade para a constituição do ser humano e das sociedades humanas, sob o capitalismo e o neoliberalismo, a atividade laboral tem se tornado cada vez mais precarizado e alienado. No Brasil do século XXI, essas dinâmicas atingem os trabalhadores de modo geral e de modo particular os professores e professoras, refletindo as contradições de uma sociedade cada vez mais marcada pela superexploração. Compreender os efeitos desse neoliberalismo em transformação sobre a sociedade e a educação torna-se essencial para pensar estratégias de resistência e de luta por melhores condições de vida e trabalho.

NEOLIBERALISMO: A GRANDE CATEGORIA DE ANÁLISE NO CONTEXTO DA PRECARIZAÇÃO

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil, o país experimentou uma considerável expansão na oferta de vagas no ensino. Para arcar com essa demanda foi necessário um esforço para a formação em massa de professores que pudessem atender essa demanda. No entanto, esteada nas teorias do capital humano e fortemente influenciadas pela aproximação entre EUA e Brasil, essa expansão associada à “ajuda externa” estadunidense para a educação, tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro à luz das necessidades do desenvolvimento do mercado capitalista internacional (Ferreira Junior; Bittar, 2006). Nas décadas de 1970 e 80, já em um contexto de crise internacional do capitalismo, essas relações só fizeram aprofundar e o programa de reorientação da educação brasileira definiu o mercado como o grande farol que norteava suas diretrizes.

Para lidar com a crise, os países centrais do capitalismo mundial desenvolveram uma série de políticas baseadas no pensamento de economistas como Milton Friedman e George Stigler, da chamada Escola de Chicago⁴. Essa instituição foi responsável pela assessoria à primeira experiência prática dessas políticas. Como laboratório, o neoliberalismo foi implantado no Chile, durante a ditadura militar comandada por Augusto Pinochet na década de 1970.

Nos anos que se seguiram, o pensamento neoliberal se disseminou e angariou adeptos por todo o mundo, mas principalmente entre aqueles países que se inseriam na lógica da dependência internacional e necessitavam estar habilitados a receber a “ajuda” do Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa ajuda (leia-se: empréstimos) estava condicionada ao cumprimento de uma agenda política alinhada com o novo cenário do capitalismo mundial, o neoliberalismo. Essa agenda foi expressa no Consenso de Washington, reunião ocorrida em novembro de 1989, na qual se reuniram, na capital dos Estados Unidos, funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos.

Tendo como vigorosos defensores a Primeira Ministra britânica Margaret Thatcher e o Presidente estadunidense Ronald Reagan e tomado como sinônimo de modernidade, o neoliberalismo encontrou terreno fértil entre uma parcela considerável das elites políticas, empresariais e intelectuais da América latina, inclusive do Brasil (Batista, 1994).

Entre os trabalhos pesquisados para este artigo, é notória a centralidade atribuída ao neoliberalismo como a categoria mais explorada. De acordo com esses estudos, as políticas

⁴ Muito embora as raízes teóricas do neoliberalismo tenham surgido logo após a Segunda Guerra Mundial, sob as postulações de Friedrich August von Hayek, em *O Caminho da Servidão*. (Neto, 2019)

neoliberais destacam-se, no plano superestrutural, como um dos principais elementos responsáveis, a longo prazo, pelo processo de precarização do trabalho docente.

Muito embora a agenda do Consenso de Washington possa não tratar diretamente da educação ou de outras questões sociais, como saúde, distribuição da renda, eliminação da pobreza, não significa que esses elementos escapem à sua lógica totalizante. As reformas sociais, segundo esse ideário, deveriam emergir como decorrência natural da liberalização econômica (Batista, 1994). Nessa perspectiva, cada uma das demandas sociais e, em especial a educação, estariam subsumidas às determinações e contradições do mercado, o que termina por as converter, meramente, em um mecanismo de retroalimentação da hegemonia da classe dominante. Em consonância com essa perspectiva (Latorre, 2013), argumenta que o neoliberalismo, com sua ênfase na eficiência do mercado e na redução do papel do Estado, impacta diretamente a educação pública. As políticas neoliberais promovem a mercantilização da educação, tratando-a como um serviço a ser vendido e não como um direito social. O seu impacto na educação pública é caracterizado pela mercantilização e pela busca incessante de lucro, o que deteriora a qualidade da educação e as condições de trabalho dos professores. Muito embora, diversas outras categorias de análise aflorem nas pesquisas com o passar dos anos e com as transformações das relações produtivas, conforme pretendemos expor, trabalho a trabalho, o que ocorre é um aprofundamento da análise sobre os impactos do neoliberalismo na educação, na vida e na carreira dos educadores.

Ainda, Dimarães Silva (2014) aponta que, diante da absorção dos valores neoliberais pela política governamental do país, passa a ocorrer um processo de ajustamento do Estado que se materializa por meio das reformas educacionais. Embora tenham havido importantes embates por uma constituição federal que pudesse manter a coesão social e a inclusão de grandes contingentes na escola pública nos anos de 1980, a partir da década seguinte, no longo processo de construção da LDB e de outros dispositivos legais, prevaleceu a lógica que garantia uma orientação mercadológica e a perpetuação de um modelo marcado, historicamente, por uma dualidade estrutural para a educação no país (De Paula; Pereira, 2023). A penetração do ideário neoliberal no Brasil teria se iniciado, de maneira turbulenta, ainda no governo Collor de Melo e sido aprofundada e aprimorada nos governos FHC e Lula da Silva (Silva, 2014; Aleixo, 2021; Teixeira, 2022; Bombarda, 2023; Souza, 2023). Muito embora seja importante ressaltar que, ainda que sob várias contradições, diversos avanços foram consagrados na educação no período do governo do petista (Torres, 2017; Neto, 2021; Souza, 2023).

A partir de 2011, já sob o governo de continuidade de Dilma Rousseff, o país passaria a sentir os efeitos de mais uma grande crise cíclica do capitalismo, ocorrida em 2008, com epicentro nos Estados Unidos, e pôde ter seus efeitos experimentados pelos vários anos que se seguiram. Apesar da tentativa de manter o estímulo ao crescimento e a preservação dos investimentos sociais, as políticas propostas pelo governo nas tensões com setores empresariais e políticos, que pressionaram por uma política de austeridade e corte nos gastos públicos como saída para a crise. “Mais uma dose do amargo remédio” neoliberal. Aquele cenário de crise econômica, inflação e perda de apoio político foi suficiente para o golpe parlamentar (Neto, 2019; Souza, 2023) deflagrado contra a presidente no ano de 2016. Assim, foi com a ruptura institucional que o país entraria em uma nova fase neoliberal das mais regressivas (De Paula; Silva, 2024).

Ao assumir o governo, o vice-presidente Michel Temer passou a aplicar um amplo arcabouço legal cuja finalidade era ajustar o aparelho do estado às prescrições das agências internacionais e ao mercado neoliberal. Entre as principais medidas, destaca-se a Emenda Constitucional 95 (EC 95), do teto de gastos, as reformas, ou propostas de reformas, trabalhista

(2017) e da previdência (2019), que se configuraram na maior proposta de alteração na seguridade social desde a constituição de 1988⁵ e, para a educação, especificamente, a aprovação da BNCC e da Contrarreforma do Ensino Médio (EM).

Esse processo de reorientação, ou desmonte da educação pública aos moldes privatistas do neoliberalismo, seguiu se aprofundando no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Porém, agora há novos componentes: neoliberalismo associado a um neoconservadorismo militarista e uma agenda ideológica fundamentalista (Frigotto, 2023). Seja por meio do desfinanciamento do ensino, do incentivo à privatização ou do fatiamento do orçamento através das Parcerias Público Privadas, ou do estímulo demagógico à implantação de uma rede de escolas cívico-militares (Oliveira; Silva, 2023; Souza, 2023), sob a direção do ministro e orgulhoso liberal Paulo Guedes, o país, os trabalhadores, a educação e os educadores mergulhavam em uma espiral de deterioração de direitos.

Dessa forma, se o critério de avaliação forem os níveis de crescimento anteriores à crise dos anos de 1970, o que se observa nas últimas décadas, tanto ao nível nacional quanto internacional, é que o neoliberalismo se estabelece como uma ideologia baseada no pensamento único, alcançando uma hegemonia política sem necessariamente alcançar grandes progressos econômicos, (Neto, 2019).

Conforme apontam as pesquisas aqui elencadas, o neoliberalismo emerge como a categoria analítica central para compreender o processo de precarização do trabalho docente no Brasil, pois é sob sua lógica que se consolidam práticas que reestruturam as condições de trabalho, reduzem a valorização do ensino público e promovem a mercantilização da educação. A política neoliberal, caracterizada por sacrificar flexibilizar os serviços e os servidores públicos, sobretudo nas áreas da educação, saúde e segurança social, cria um ambiente hostil para o trabalho docente, acentuando a insegurança, a sobrecarga e a perda do sentido do trabalho. Estudos recentes, como as teses e dissertações de Vieira (2022), Teixeira (2022), e Rodrigues (2023), reforçam essa análise, destacando como a precarização se intensifica à medida que as políticas educacionais se moldam à lógica do mercado, à plataformização e digitalização das diversas tarefas, transformando a educação em mercadoria e o professor em um mero prestador de serviços. Assim, a centralidade do neoliberalismo na análise do fenômeno da precarização não apenas lança luz às transformações em curso, mas também permite descortinar alguns dos desafios futuros para a valorização do trabalho docente como função pública indispensável.

METODOLOGIA

De modo a cumprir os objetivos de nossa pesquisa, consideramos, além daqueles artigos que integram o corpo da pesquisa, as teses e dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD). Como critérios de exclusão e inclusão, elegemos aqueles trabalhos que guardam relações diretas com nossa dissertação de mestrado. A saber, não somente aquelas que adotam uma metodologia qualitativa e analisam o processo de precarização da vida e da carreira docente, bem como os efeitos das políticas neoliberais sobre esses profissionais, o ensino e a Educação Profissional e Tecnológica, mas principalmente aquelas pesquisas que tratam sobre esses

⁵ A reforma trabalhista do Governo Temer (MDB) alterou mais de 200 pontos na CLT, porém, ao contrário do que alardeavam seus defensores, não gerou empregos e precarizou ainda mais as relações de trabalho. A meta do governo era abrir 2 milhões de vagas após redução dos direitos: não chegou nem a um quarto do previsto. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/11/reforma-trabalhista-reduziu-renda-nao-gerou-emprego-e-precarizou-trabalho>. Acesso em: 06 dez de 2024.

temas na educação básica do ensino público estadual e municipal. O recorte temporal foi estabelecido nos últimos 10 anos. Já que nesse período ocorreram algumas das mais importantes transformações nas políticas públicas para a educação no país, sobre as quais pretendemos tratar, além de importantes transformações na estrutura de acumulação do capitalismo global.

Foram utilizados, inicialmente, os descritores: precarização, trabalho docente, neoliberalismo e Educação profissional e Tecnológica no Catálogo de Teses e Dissertações, e selecionados, a princípio, 19 resultados. Após a eleição dos critérios de exclusão e da leitura flutuante dos resumos, introdução e conclusão foram elencados, pela proximidade com as nossas categorias de análise 10 trabalhos para uma análise mais acurada. Ao final, desse repositório, foi feita a seleção de 08 trabalhos que compõem o escopo de nossa revisão. Na BDTD, além dos descritores e recorte temporal utilizados anteriormente, para um melhor aproveitamento da plataforma, foi incluído na pesquisa o descritor Ensino Médio. O resultado inicial de 34 pesquisas, após aplicados os critérios de exclusão, o número foi reduzido para 04 trabalhos. Ao final da pesquisa, em um esforço para melhorar os resultados, foram aplicados os descritores de forma individual e articuladamente em ambos os repositórios. Permitiu-se incluir, por fim, mais um trabalho da BDTD, totalizando a soma de 15 trabalhos analisados. É importante ressaltar que um dos critérios fundamentais de inclusão e exclusão foram as similitudes e aproximação com nosso tema de pesquisa. Assim, optamos por excluir aquelas pesquisas que tratam sobre a precarização e condições de trabalho dos professores na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e no Ensino Superior. Embora reconheçamos que essas instituições venham sofrendo com os efeitos das políticas neoliberais e sobretudo com os frequentes cortes de gastos, consideramos, no recorte de nossa pesquisa, uma leitura sobre a Educação Profissional e Tecnológica oferecida pelas redes estaduais de ensino (especialmente a rede do Estado de Minas Gerais), observado o caráter profissionalizante conferido ao Novo Ensino Médio (NEM) pela contrarreforma de 2017 (Ferretti, 2018). Compreendemos, nesse sentido, que ao enfatizar a preparação dos estudantes para as demandas do mercado de trabalho e ao orientar o currículo por meio das habilidades e competências para uma futura empregabilidade⁶ o Novo Ensino Médio (NEM) confere a essa etapa de ensino uma configuração profissionalizante, embora aligeirada, fractal e precária (De Paula, silva, 2024).

Dante do exposto, apresentamos o conjunto das pesquisas e sua respectiva categorização. É importante ressaltar que as pesquisas podem transitar por mais de uma categoria, conforme demonstram o Quadro 1 e a Figura 1.

Quadro 1 - Conjunto das pesquisas analisadas por data de defesa.

Ano	Local	Tipo	Título do trabalho	Autor
2013	SC	Dissertação	O fenece da educação capitalista: estudo das condições dos trabalhadores temporários da educação (acts) no ensino público de Florianópolis	Diego Bernard Varella de Castro Latorre
2014	RO	Dissertação	As políticas neoliberais e a precarização do trabalho docente em uma microrealidade de duas escolas mantidas pelo estado em Porto Velho – RO.	Dimarães da Silva
2015	GO	Dissertação	Políticas Públicas Educacionais: a reestruturação produtiva do capital e o Pacto pela Educação em Catalão, Goiás.	Cleudimar Rosa Alves

⁶ Empregabilidade faz parte do quadro da semântica neoliberal (Cavazzani, 2024) e está ligada ao conjunto de capacidades que deve ser adquirida pelo jovem trabalhador e diz respeito à sua preparação e disponibilidade para atuar como do exército de reserva do capital. Ou seja, a juventude deve estar preparada para as mais diversas funções impostas pela nova configuração do regime de acumulação flexível (Kuenzer, 2022), sejam elas o emprego, o serviço, a função, o subemprego ou mesmo o desemprego.

2016	RS	Dissertação	A precarização do trabalho docente na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a situação das professoras com contrato de trabalho temporário na zona norte de Porto Alegre	João Genaro Finamor Neto
2017	SP	Tese	A espada de Dâmocles [recurso eletrônico]: interfaces entre o sistema do capital, o processo de trabalho docente e a crise do movimento sindical na nova morfologia da educação técnica	Michelangelo Marques Torres
2019	SP	Dissertação	Neoliberalismo e educação: A precarização do trabalho docente e da educação pública no estado de São Paulo	Moacir Simardi Neto
2020	RS	Dissertação	Precarização do trabalho e adoecimento: a realidade de professores em uma rede de educação num município ao norte do rio grande do sul.	Mario Luiz Junges Junior
2020	RJ	Dissertação	A mobilidade espacial docente: uma análise da precarização do trabalho	Gleyce Assis da Silva Barbosa
2021	MG	Dissertação	O trabalho docente no contexto do neoliberalismo: uma caracterização teórico-documental com recorte a partir de 2017 no Brasil	Alexsandra Saboia Duarte Arruda Aleixo
2022	RS	Dissertação	Uberização do trabalho docente: novos dilemas para velhos problemas	Maura Jeisper Fernandes Vieira
2022	MG	Tese	Avaliação de desempenho individual e SIMAVE sob o neoliberalismo: controle e precarização do trabalho docente em Minas Gerais (2007-2020)	Elizeth Rezende Martins da Silveira
2022	PE	Tese	A uberização do trabalho docente: reconfiguração das condições e relações de trabalho mediados por plataformas digitais	Pedro Henrique de Melo Teixeira
2023	SP	Tese	O Impacto das Reformas Neoliberais no Sindicalismo Docente: a prática sindical da APEOESP no contexto dos governos Alckmin (2011-2018)	Alex Ricardo Bombarda
2023	RJ	Dissertação	Transformações no mundo do trabalho e nas formas de sofrimentos: um novo sujeito social docente no Brasil?	Flavia maia Cerqueira Rodrigues
2023	GO	Tese	Internacionalização do capital e políticas educacionais: precarização do trabalho dos professores de geografia na educação básica	Dayane Lino de Souza

Fonte: Adaptado de Sobrenome (Ano).

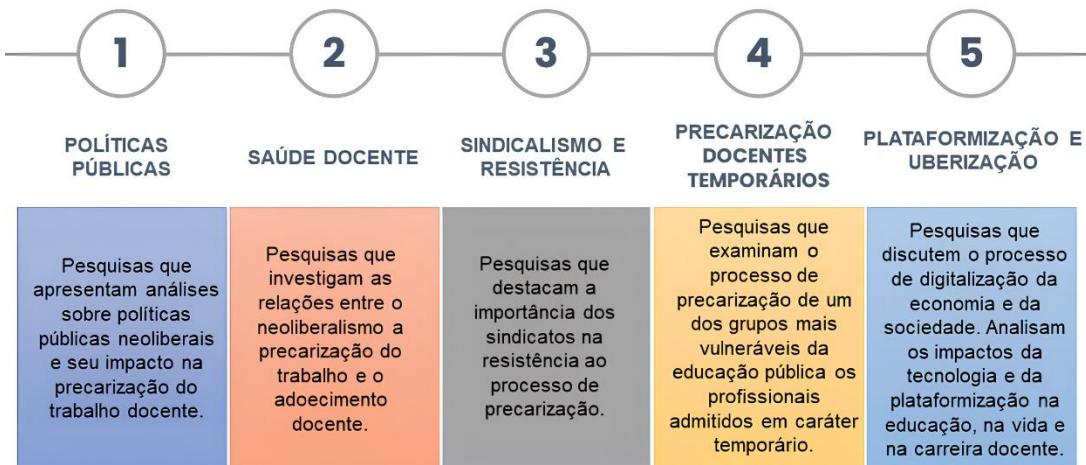
Figura 1- Agrupamento das pesquisas analisadas por categorias

Análise de Políticas Públicas	Precarização e saúde docente	Sindicalismo e resistências contra o Neoliberalismo	Precariedade nos contratos temporários	Plataformização e Uberização como mecanismos de precarização
Silva,2014	Torres, 2017	Alves, 2015	Latorre,2013	Barbosa, 2020
Alves,2015	Junges Jr, 2020	Finamor, 2016	Silva,2014	Vieira, 2022
Silveira, 2022	Silveira, 2022	Torres, 2017	Finamor, 2016	Teixeira, 2022
Bombarda, 2023	Teixeira, 2022	Silveira, 2022	Aleixo, 2021	Rodrigues, 2023
Souza, 2023	Rodrigues, 2023	Bombarda, 2023	-	-
-	-	Souza, 2023	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com vistas a promover o entendimento das categorias, destacamos a enunciação destas, focalizando suas características fundamentais.

Figura 2- Enunciação das categorias de análise



Fonte: Elaborado pelos autores.

OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA SAÚDE DOCENTE: RETROCESSOS E RESISTÊNCIAS

Conforme temos argumentado, o processo de precarização do trabalho docente mostra-se como um reflexo das políticas neoliberais implementadas no Brasil desde a década de 1990. As dissertações e teses analisadas evidenciam que essas políticas, em maior ou menor grau, contribuem para a intensificação do trabalho docente, para a diminuição da autonomia dos professores e para o aumento das exigências de avaliação e produtividade. Nesta seção apresentaremos aqueles trabalhos que, de muitas maneiras, apontam não só para o problema da implantação de políticas públicas descoladas da realidade do trabalho docente e os impactos sobre a sua qualidade de vida, mas também para a necessidade da resistência organizada a essas transformações.

Além daquelas pesquisas que tratam as políticas públicas de modo geral, como as reformas trabalhista, da previdência e do Ensino Médio, e convergem, em parte, com nossa análise (Silva, 2014; Bombarda, 2023; Souza, 2023), há aquelas que tratam de políticas públicas específicas. Alves (2015), por exemplo, observa como reformas implementadas pelo “Pacto pela Educação” em Goiás alteraram a natureza do trabalho docente, incluindo mudanças relacionadas à gestão democrática das escolas, conforme descrito na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, impactando a profissão docente. A autora menciona o “Pacto pela Educação” como uma política controlada por resultados, que estabelece metas quantitativas para um trabalho que é subjetivo, exige uma orientação do trabalho dos professores por meio de competências, estimulando a individualidade e a competitividade por meio de recompensas. Essas pressões externas impactam fortemente a vida, a saúde e a carreira desses profissionais. A partir da sua pesquisa de campo, revela a autora:

o quadro apresentado é de professores(as) desmotivados(as), insatisfeitos(as), com problemas de saúde, com desejos de abandonarem a carreira, cansados(as) ou incapazes de lidar com a (in)disciplina dos(as) alunos(as), com a desinteresse e salas lotadas, sentindo-se desvalorizados(as) pela sociedade, mídia e governo, e, por estarem na docência por mais de 20 anos, alguns(mas) já estão desgastados(as) e almejam outras funções que não estejam ligadas diretamente à sala de aula (Alves, 2015, p. 100).

Por sua vez, Silveira (2022) foca sua análise na precarização resultante das políticas de avaliação contínua – Avaliação de desempenho Individual e o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (ADI e SIMAVE), que controlam o trabalho docente por meio

de metas e de avaliações de desempenho. Segundo a autora, para além das pressões diárias demandadas pelo trabalho, as avaliações geram um ambiente de constante pressão e aumento de funções, impactando a saúde mental e a autonomia profissional docente. As políticas de avaliação contínua são vistas como formas de controle e impõem metas individuais aos professores para cumprir os objetivos do governo, causando mudanças nas práticas de ensino que, somadas ao excesso de atividades, afetam o bem-estar dos professores, levando a problemas de saúde física e mental. Segundo sua análise,

sob o discurso de estimular o bom desempenho dos docentes e avanços no serviço público estadual, os profissionais docentes vêm sofrendo alterações nas condições de trabalho e na organização escolar, por meio de enfrentamento de problemas como a intensificação do trabalho, baixos salários, falta de autonomia, entre outros. [Esse modelo de gestão] visa atender tão somente a interesses políticos, econômicos e governamentais, diferentemente do discurso posto pelo governo. Assim, tem gerado impactos negativos no trabalho de docentes das escolas públicas do estado de Minas Gerais, tais como alterações na gestão e controle do trabalho, no fazer pedagógico, na subjetividade e na saúde de docentes, pois se busca o ajuste desses profissionais a padrões sociais com vistas a reafirmar os valores do pensamento neoliberal (Silveira, 2022, p. 86).

Assim, apesar de ambas as pesquisas tratarem de elementos específicos de políticas públicas regionais, convergem para o nosso grande campo de análise. O neoliberalismo. A análise revela, portanto, que, embora os estudos tratem de diferentes contextos regionais e políticas específicas, há um consenso em relação ao impacto negativo das políticas neoliberais na educação pública brasileira. As pesquisas destacam a intensificação do trabalho docente, a redução da autonomia e o aumento do controle estatal como fatores centrais na precarização da carreira docente.

Nos últimos anos têm se proliferado pesquisas preocupadas em analisar os efeitos dessas políticas sobre a saúde docente, os autores associam a precariedade do trabalho dos professores ao seu adoecimento, à instabilidade, o desinteresse pela profissão, a deterioração da identidade, crise existencial e a alienação de classe (Torres, 2017). Nessas pesquisas, o termo “sofrimento” é frequentemente associado ao trabalho docente. Esse é um dado alarmante. Muito embora na origem latina, a palavra trabalho remeta ao verbo *tripaliare* e ao substantivo *tripalium*, instrumento de tortura e punição ao escravo na Antiguidade, não podemos naturalizar uma perspectiva em que a docência seja sinônimo de martírio. Mesmo que não tomemos em consideração a pesquisa que carrega a palavra sofrimento no título (nessa o termo aparece mais de duzentas vezes), ainda assim, entre as quatro outras que foram elencadas na categoria “precarização e saúde docente” somam-se mais de cinquenta menções ao vocabulário.

Embora autores como Junges Jr. (2020) deixem claro que o adoecimento docente não possa ser interpretado de forma simplista e unicausal, precisa ser compreendido como decorrência da organização social promovida pelas transformações econômicas e relações de produção que têm seu cerne no aprofundamento e disseminação do neoliberalismo. Junges Jr, Teixeira (2022) e Rodrigues (2023), destacam que as principais doenças que acometem professoras e professores dizem respeito às doenças do aparelho respiratório, distúrbios osteomusculares decorrentes da hipersolicitação corporal e vocal, mas é o adoecimento psíquico do professor, sobretudo, que coloca a classe docente, como a que mais sofre distúrbios mentais, se comparados com outros grupos de profissionais. Assim, ansiedade, perda de interesse, falta de concentração, cansaço, distúrbios do sono e do apetite e oscilações entre a culpa e a baixa autoestima são assuntos corriqueiros nas salas de professores por todo o Brasil.

Mas o que fazer? o que apontam as pesquisas como meio de resistência a essa espiral de deterioração de direitos e de qualidade de vida?

Um dos grandes entraves para a implantação das políticas neoliberais sempre foi o movimento sindical. No entanto, essas instituições passam atualmente por um grave processo de crise. Afinal, as ações coordenadas pela implementação da agenda reformista não poderiam se cumprir sem uma profunda desarticulação sindical. Essa crise, materializada na desfiliação e desfinanciamento em massa dos últimos anos, decorre justamente dos rearranjos neoliberais⁷. Desde a Reforma Trabalhista de 2017, que proibiu a contribuição sindical sem uma manifestação expressa e individual por parte de cada trabalhador, os sindicatos perderam, segundo Souza (2023), 90% do seu orçamento e com isso, parte importante de sua capacidade de organização e enfrentamento aos ataques sistemáticos aos direitos dos trabalhadores. Paralelamente a essas medidas, que atacou diretamente a sustentabilidade das entidades, os trabalhadores permanecem absorvidos em suas próprias agruras, avaliações de desempenho, pressões por metas resultados, jornadas extenuantes, além da pauperização dos salários, que estimulam na educação um ambiente de individualidade e competitividade associado ao sentimento de ausência de representatividade no sindicato (Alves, 2015; Torres, 2017; Finamor Neto, 2016; Bombarda, 2023). Apesar de todas essas considerações, em concordância com os autores desses estudos, acreditamos que é precisamente a capacidade de organização da categoria que pode atenuar ou aplacar o processo de precarização sistemática. E os sindicatos têm papel fundamental nesse processo.

RAREFAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA ERA DA PRECARIZAÇÃO

No amplo espectro que compõe a categoria profissional docente, há uma parcela significativa que cada vez menos tem alguma identificação de classe com o professorado estável. Na tarefa de dividir, estratificar, desarticular e desmobilizar, as políticas neoliberais implantadas pelos governos federal, estaduais e municipais vêm retirando a capacidade de organização dos professores e professoras do país. No entanto, são os professores temporários aqueles que mais são penalizados pelo processo de precarização do trabalho e, contrariamente, aqueles que menos se sentem representados ou amparados pelas entidades de classe e sindicatos. Esses trabalhadores e trabalhadoras têm, muitas vezes, sobre os sindicatos, a perspectiva imposta pelo empresariado, como instituições inúteis, que não cumprem seu papel e servem apenas para abocanhar parte do seu já tão minguado salário. A própria situação incerta dos contratos por tempo determinado e de caráter precário não permite uma organização de médio ou longo prazo para a sua vida profissional, o que impacta na decisão de sua filiação ou não às entidades. Conforme aponta Latorre (2013, p. 129),

Os professores temporários intensamente explorados pelo capital, destituídos em grande medida do controle sob o conteúdo de seu trabalho e de direitos à estabilidade profissional, plano de carreira e planejamento de uma vida mais digna, estão contrariamente entre aqueles trabalhadores mais sujeitos à alienação e apatia propostas ideologicamente pelo capital. Pouco tem se expressado coletivamente na luta tradicional e organizada contra a exploração.

Os sindicatos, no entanto, têm dificuldade de dialogar com essa parcela significativa do professorado e existe entre os afiliados a sensação de que os contratados não se mobilizam por conta de uma pretensa alienação. Não se dão conta, no entanto, que embora estejam mais sujeitos às condições de precariedade esses sujeitos, a não ser pelas campanhas salariais, não se vêm representados em muitas das bandeiras encampadas pela coletividade

⁷ Torres (2017) denomina esse processo como desertificação neoliberal do sindicalismo.

organizada, que dizem respeito aos planos de carreira, férias prêmio, progressões, estabilidade ou aposentadoria, justamente por estarem alijados de todos esses direitos historicamente. Somam-se a esses elementos os riscos e medos de perder o emprego, assédio moral, ameaças e temores um quadro que demonstra uma parte importante entre os motivos da baixa adesão desses temporários e temporárias aos movimentos grevistas ou sindicais (Finamor Neto, 2016).

Para contextualizar a situação na região onde desenvolvemos nosso trabalho, segundo pesquisa divulgada pelo jornal Estado de Minas⁸, houve um aumento de 540% no número de servidores contratados em Minas Gerais nos últimos dez anos e o estado ostenta, o menor percentual de docentes efetivos do país com apenas 19%. Muito embora a secretaria de Estado de Educação alegue ter um contingente maior, de 47%. Ou seja, a precarização é “moeda corrente” na “região das minas”.

Embora tratem sobre os contratos temporários de professores e professoras em suas especificidades locais Latorre (2013), Silva (2014), Finamor Neto (2016) e Aleixo (2023), encontram diversas similitudes em sua análise e sobre os problemas enfrentados pelos professores e principalmente pelas professoras contratadas. Ao relacionar o processo de maior desvalorização do trabalho feminino, Souza (2023, p. 103) argumenta que:

ao proceder a uma análise sobre o trabalho docente, Enguita (1999) chega à conclusão de que as atividades femininas predominantes no mercado são aquelas caracterizadas como extensão dos serviços domésticos. Por esse motivo, as atividades desempenhadas por mulheres são consideradas menos importantes do que as realizadas por homens.

Ou seja, mesmo contribuindo igualmente na renda familiar ou sendo o próprio esteio da renda doméstica, diante das relações simbólicas da sociedade, o trabalho feminino tende a ser subalternizado. E se a escola tem um gênero, a precarização também o tem (Souza, 2023). Assim, se o processo de precarização impacta fortemente a categoria docente sob vínculo precário, impacta sobretudo as mulheres, que predominam na categoria docente.

A análise de Latorre (2013), Aleixo (2021), Silva (2014) e Finamor Neto (2016) sobre a precarização no trabalho temporário de professores e professoras, revelam que a precarização não é apenas uma condição associada à perda de direitos trabalhistas, mas abrange também aspectos de vida e saúde dos educadores, que lidam com rotinas de trabalho instáveis, com menor proteção social e com crescentes pressões e exigências associadas ao uso de tecnologias digitais no ambiente escolar. Essas contratações em massa criam um exército de reserva que garante menos investimentos com o funcionalismo e, ao mesmo tempo, desarticulam e desestimulam a organização da categoria. Com o avanço das tecnologias digitais na educação, a precarização do trabalho docente assume novas características. Aleixo (2021) descreve como o Programa Inovação Educação Conectada, promovido pelo Ministério da Educação, no contexto da pandemia de Covid-19, incentiva o uso de tecnologias digitais nas escolas, mas sem oferecer o suporte e a formação adequados aos professores, especialmente os temporários. Ao exigir competências tecnológicas sem os devidos recursos, esse programa sobrecarrega os educadores, que enfrentam desafios de ordem técnica e pedagógica para adaptar o ensino aos novos formatos digitais (Aleixo, 2021).

Essa penetração das tecnologias digitais que se intensificaram e penetraram definitivamente, aparentemente, irreversivelmente no cotidiano docente a partir da pandemia pode se associar a um último fenômeno analisado pelas pesquisas dessa revisão: a uberização.

⁸ Disponível em: <https://www.em.com.br/gerais/2024/05/6863791-professor-temporario-a-excecao-que-virou-regra-em-minas.html> Acesso em: 08 nov. de 2024.

A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Conforme temos argumentado, o desenrolar do tempo promove o surgimento de novas categorias de análise. Se a análise das políticas públicas neoliberais e o processo de dessindicalização ocuparam importantes análises até a última década, a intensificação do uso das tecnologias digitais e a plataformização do trabalho ocupam e deverão ocupar cada vez mais espaço nas pesquisas acadêmicas. Entre essas categorias emergentes se encontra a uberização do trabalho docente. Segundo Vieira (2023, p.02),

A uberização do trabalho é entendida como uma nova forma de precarização, a partir de novos modos de organização e controle dos trabalhadores. Está baseado no modelo de negócio intermediado por aplicativos ou plataformas online (Abilio, 2020b). O termo remete à empresa Uber, que foi uma das pioneiras nesse modelo de negócios e teve grande expressão dentro do movimento denominado Economia do Compartilhamento (SLEE, 2017). Essa corrente se desenvolveu no Vale do Silício, nos Estados Unidos da América, por empresas conhecidas como startups que conectam clientes, mediam os pagamentos e preveem um sistema de avaliação/reputação dos consumidores aos prestadores de serviços e vice-versa.

Consiste, neste sentido, em uma flexibilização radical das relações de trabalho, enquanto transfere todos os riscos e custos do fornecimento dos serviços aos trabalhadores e trabalhadoras e, ao mesmo tempo, afeta a subjetividade desses sujeitos sugerindo que a lucratividade do “empreendimento” depende exclusivamente da vontade e dedicação do “empreendedor” (Gonçalves, B. de O.; Silva, 2024). Esse trabalho de autogerenciamento subordinado às plataformas está no cerne das políticas neoliberais e, atualmente, é a principal fonte de renda de milhões, diante de um mundo do trabalho cada vez mais volátil (Rodrigues, 2023).

Não obstante, tratam de temáticas distintas, algumas bastante originais como a dissertação de Barbosa (2020), que analisa a mobilidade pendular docente na região metropolitana do Rio de Janeiro como elemento da precarização, encontramos nesses últimos trabalhos similitudes no que diz respeito a importantes fenômenos econômicos e sociais de nossa história recente. Barbosa (2020), Vieira (2022), Teixeira (2022) e Rodrigues (2023) observam intensificação global da flexibilização do trabalho, a plataformização e digitalização compulsória da profissão docente por conta da Pandemia de Covid-19 e a uberização professoral como decorrência do aprofundamento radical de uma nova fase neoliberal.

Vieira (2022) alerta que, embora a profissão docente não esteja completamente imersa no processo de uberização, em diversas regiões do país já existem plataformas com professores cadastrados em todos os níveis de ensino para aplacar a demanda por contratos temporários. A plataforma privada analisada pela autora, o SuperProf já conta, somente no Brasil (já que uma plataforma de alcance mundial), com mais de 300 mil professores cadastrados, mais de 42 mil professores de matemática. Assim, mesmo sendo uma plataforma privada, esse processo de autogerenciamento subordinado revela um problema público e social: a constante necessidade dos professores de buscar uma renda extra, ainda que isso lhe custe o pouco tempo livre e muitas vezes sua saúde.

Teixeira (2022) aprofunda a análise, destacando que foi na crise pandêmica (crise sanitária, econômica e de desemprego) iniciada em 2020 que plataformas como ALICERCE e DOT GROUP encontraram terreno fértil no Brasil. Utilizando-se de neologismos e de uma semântica neoliberal digital, as plataformas prometem aos seus usuários

um apporte pedagógico para crianças a partir de 13 anos, em que a orientação é denominada de “coach profissional”, em que o objetivo principal é apoiar: o jovem no desenvolvimento de uma ideia que pode garantir o futuro dele ou, no mínimo, lhe dar

uma experiência e aprendizado muito valiosos no mercado de trabalho (Teixeira, 2022, p. 203)

Nessa nova lógica de aprendizado, a figura do professor é substituída pelo Líder Alicerce. Sob a égide da economia de compartilhamento, as startups colocam até o serviço de manutenção e limpeza de salas de aula e banheiros sob a responsabilidade dos professores.

Além da investigação sobre o processo de uberização do trabalho docente, Rodrigues (2023) observa que o período da pandemia de Covid-19, iniciado em 2020, trouxe consequências perversas para o conjunto dos trabalhadores e destaca como esse evento marcante afetou, definitivamente, a vida e o trabalho docente. Segundo a autora,

pode-se dizer, em síntese, que a pandemia da uberização se manifesta como uma tendência que já se disseminava antes do surto de COVID-19 e que encontrou forma de se amplificar dentro dele. O uso massivo de tecnologias de informação e comunicação (TICS) e a disponibilidade de um grande excedente de força humana de trabalho, disposta a fazer qualquer tipo de trabalho, recebendo alguma remuneração, facilita a exigência de que os trabalhadores e trabalhadoras se tornem prestadores de serviços independentes e empreendedores (as) (Rodrigues, 2023, p. 83).

Ou seja, no bojo da pandemia do Corona Vírus, as *big techs* enxergaram uma oportunidade de negócio. As GAFAM, acrônimo para as gigantes da Web (*Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft*), expandiram seus negócios e, somente em 2020, lucraram mais de 1 trilhão de reais⁹. A título de exemplo de como algumas alterações do período se tornaram irreversíveis, o conjunto de serviços fornecidos pelo *Google Workspace* foi contratado e permanece como ferramenta obrigatória para os professores e professoras do Estado de Minas Gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que podemos depreender a partir da análise dos dados é que o estudo dos impactos do neoliberalismo na educação não se esgota, mas vem se aprofundando enquanto se intensificam e se reeditam as principais prescrições daquele receituário. As teorias do capital humano, o empresarismo de si, o individualismo e a flexibilização das relações sociais de trabalho bem como a penetração do gerencialismo toyotista e das tecnologias digitais na vida e no trabalho de professores e professoras vêm se transformando, aparentemente, de forma irreversível, aprofundando o processo de precarização e produzindo uma mentalidade e ideologia de pensamento único. Em um movimento contraditório, na mesma medida em que avançam os ideais neoliberais pela via dos políticos "neoconservadores" recuam os direitos e mecanismos de resistência do conjunto dos trabalhadores.

O processo de flexibilização e da divisão internacional do trabalho, bem como as políticas públicas que orientam a educação e o mundo do trabalho em todo o globo, foi deliberadamente construído pela engenharia neoliberal dos últimos 50 anos. Assim, a divisão internacional do trabalho, que reserva para os países periféricos um desenvolvimento baseado no capitalismo dependente, na financeirização do capital, na estratificação da sociedade, promove uma educação produzida nos gabinetes dos organismos internacionais. Muito embora esses organismos ou o neoliberalismo não apresentem soluções para diversos problemas econômicos e sociais, constroem não só uma hegemonia econômica, mas uma hegemonia

⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/vencedoras-da-pandemia-big-techs-lucraram-equivalente-mais-de-1-trilhao-em-2020-24867515> Acesso em: 09 nov. de 2024.

ideológica. Um constructo que confere a essa filosofia do individualismo e do empresarismo de si a naturalidade essencial para que se normalizem as desigualdades (Barbosa, 2020).

Neste sentido, observamos importantes reflexões a partir dos trabalhos analisados e pudemos ainda identificar algumas lacunas importantes para futuras pesquisas. Em que pese a relevância de cada uma dessas teses ou dissertações, ainda é importante aprofundar na reflexão sobre os impactos da precarização na qualidade do ensino e de quais maneiras as políticas neoliberais vêm afetando as relações Professor-Aluno. Embora algumas pesquisas observem com cuidado as questões de gênero, é necessário aprofundar essas reflexões, assim como as questões sobre a precarização da docência e da educação sob um recorte de raça.

Por fim, compreendemos que é necessário avaliar as percepções e experiências dos professores sobre a introdução de itinerários formativos ligados ao mundo do trabalho, como o ingresso nessas disciplinas impactam sua prática pedagógica, suas condições de trabalho e na qualidade do ensino, além de analisar, como pano de fundo, o caráter profissionalizante conferido para o Ensino Médio pela contrarreforma de 2017 e suas alterações, que embora esteja distante de um EM integrado, tem um currículo marcado pelo direcionamento ao mercado e foco na terminalidade do ensino. A ação coletiva e reestruturação dos sindicatos como espaço de lutas (Antunes; Silva, 2015), assim como o avanço das políticas públicas no sentido de formação inicial e continuada de base crítica, conforme depreendemos, são estratégias essenciais para resgatar a organicidade da categoria docente e, consequentemente, encorajar a resistência contra esse processo precarizador. Esperamos que nossa pesquisa possa contribuir para a construção de uma escola e um mundo do trabalho menos hostil aos professores e professoras e para os jovens trabalhadores do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Aleksandra Saboia Duarte Arruda. **O trabalho docente no contexto do neoliberalismo: uma caracterização teórico-documental com recorte a partir de 2017 no Brasil**. 134 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, Viçosa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Universidade Federal de Viçosa – Viçosa–MG, 2021.

ALVES, Cleudimar Rosa. **Políticas públicas educacionais**: a reestruturação produtiva do capital e o pacto pela educação em Catalão, Goiás. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015. <http://repositorio.ufcat.edu.br/tede/handle/tede/7496>.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. 328p. ISBN: 978-85-7559-629-6

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. PARA ONDE FORAM OS SINDICATOS? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, v. 28, n. 75, p. 511–527, set. 2015.

BARBOSA, Gleyce Assis Da Silva **A mobilidade espacial docente**: uma análise da precarização do trabalho / Gleyce Assis Da Silva Barbosa; orientadora: Rejane Cristina de Araujo Rodrigues. – 2020. Departamento de Geografia, 2020. Dissertação.

BATISTA, Paulo Neto. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: s.n. 1994.

BOMBARDA, Alex Ricardo. **O impacto das reformas neoliberais no sindicalismo docente**: a prática sindical da APEOESP no contexto dos governos Alckmin (2011-2018). Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília-SP, 2023.

CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski *at al.* Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa. **Cadernos Metrópole**, v. 26, n. 59, p. 209–228, jan. 2024.

DE PAULA, Júlio César; ALVES PEREIRA, Cláudio. As reformas educacionais e as perspectivas da Educação Profissional no Brasil do século XXI. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. I.], v. 1, n.

23, p. e13890, 2023. DOI: 10.15628/rbept.2023.13890. Disponível em:
<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13890>. Acesso em: 30 maio. 2023.

DE PAULA, Júlio Cesar; SILVA, José Fernandes da. **A gênese da precarização docente: mudanças e permanências no processo de deterioração das condições de trabalho do professorado entre os golpes de 1964 e 2016.** In: SILVA, José Fernandes da; OLIVEIRA, Evaldo Rosa de (orgs.). *Educação e mundo do trabalho: diálogos omnilaterais*. Belém: RFB, 2024. p. 59-74. ISBN 978-65-5889-809-2. DOI: 10.46898/rfb.cdaba747-b7ca-4f0b-acdb-b9315dd2f766.

DE PAULA, Júlio César. SILVA, José Fernandes da. Ensino Profissional e Tecnológico na era do reformismo: contradições legais e horizontes potenciais. **Revista Temas em Educação**, [S. I.], v. 33, n. 1, p. e-te331202446, 2024. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2024v33n1.68624. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/teo/article/view/68624>. Acesso em: 24 jun. 2025.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 25–42, maio 2018.

FINAMOR NETO, João Genaro. **A Precarização do Trabalho Docente na Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul: Um Estudo Sobre a Situação Das Professoras Com Contrato De Trabalho Temporário Na Zona Norte De Porto Alegre.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. Porto Alegre-RS, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. "A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas". **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, 2015, v. 13, n. 20.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva:** um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica, social e capitalista. São Paulo: Cortez, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Coord.). **O Ensino Médio no Brasil e sua (im)possibilidade histórica:** determinações culturais, políticas, econômicas e legais. Gaudêncio Frigotto, organizador – Rio de Janeiro: UERJ; LPP; São Paulo: Expressão Popular, 2023.

GONÇALVES, B. de O.; SILVA, J. F. da . O SUJEITO EMPREENDEDOR DE SI NO NOVO ENSINO MÉDIO: uma análise a partir do currículo mineiro. **Revista Espaço do Currículo**, [S. I.], v. 17, n. 3, p. e71539, 2024. DOI: 10.15687/rec.v17i3.71539. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/71539>. Acesso em: 23 maio. 2025.

HARVEY, David. Do fordismo à acumulação flexível. In.: HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 18.ed. São Paulo: Loyola, 2009.

JUNGES JÚNIOR, Mario Luiz. **Precarização do Trabalho E Adoecimento:** A Realidade De Professores De Uma Rede De Educação Num Município ao norte do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo-RS, 2020.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, [S. I.], v. 25, n. 2, p. 18–29, 2017. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/596>. Acesso em: 12 out. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. La precarización del trabajo docente en el régimen de acumulación flexible. **Paradigma**, p. 75–92, 25 set. 2022.

LATORRE, Diego Bernard Varella de Castro. **O fenece da educação capitalista:** estudo das condições dos trabalhadores temporários da educação (ACTS) no ensino público de Florianópolis. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2013. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122569>.

Magalhães, Jonas et al. (org.). **Trabalho docente sob fogo cruzado.** Entrevista com Gaudêncio Frigotto (p.70-83). 1^a ed., Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021.

Marx, Karl, 1818-1883. **Contribuição à crítica da economia política** / Karl Marx; tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288 p.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

O GLOBO. **Vencedoras da pandemia, “big techs” lucraram o equivalente a mais de R\$ 1 trilhão em 2020.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/vencedoras-da-pandemia-big-techs-lucraram-equivalente-mais-de-1-trilhao-em-2020-24867515>. Acesso em: 9 nov. 2024.

OLIVEIRA, E. R.; SILVA, J. F. Currículo Referência de Minas Gerais e a Preparação para o Mundo do Trabalho. In: Maxwell Luiz da Ponte; Eliza Carminatti Wenceslau. (Org.). 1ºed.São José do Rio Preto: **Reconecta - Soluções Educacionais**, 2022, v. Único, p. 232-243. (Capítulo de livro publicado).

Reforma trabalhista reduziu renda, não gerou emprego e precarizou trabalho. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/11/reforma-trabalhista-reduziu-renda-nao-gerou-emprego-e-precarizou-trabalho>

RODRIGUES, Flavia Maia Cerqueira. **Transformações no mundo do trabalho e nas formas de sofrimentos: um novo sujeito social docente no Brasil?** 2023. 197 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro-RJ, 2023.

SILVA, Dimarães. **As políticas neoliberais e a precarização do trabalho docente em uma microrealidade de duas escolas mantidas pelo estado em Porto Velho-RO/** Dimarães Silva. - Porto Velho, Rondônia, 2014. 93f. (Mestrado em Educação) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2014.

SILVEIRA, Elizeth Rezende Martins Da. **Avaliação de desempenho individual e SIMAVE sob o neoliberalismo: controle e precarização do trabalho docente em Minas Gerais (2007-2020).** 215 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Uberlândia, 2022.

SIMARDI NETO, Moacir. **Neoliberalismo e educação:** a precarização do trabalho docente e da educação pública no estado de São Paulo. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11463>.

SOUZA, Dayane Lino de. **Internacionalização do capital e políticas educacionais:** precarização do trabalho dos professores de geografia na educação básica. 2023. 209 f. Tese (Doutorado em Educação). Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023.

TEIXEIRA, Pedro Henrique de Melo. **A uberização do trabalho docente:** reconfiguração das condições e relações de trabalho mediados por plataformas digitais. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

TORRES, Michelangelo Marques. **A espada de Dâmocles:** interfaces entre o sistema do capital, o processo de trabalho docente e a crise do movimento sindical na nova morfologia da educação técnica. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas-SP, 2017.

VIEIRA, Maura Jeisper Fernandes. **A uberização do trabalho docente:** novos dilemas para velhos problemas. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2022.

Data da submissão: 18/12/2024

Data da aprovação: 12/03/2025